



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 7

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA TRÊS DE ABRIL

DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos três dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Paula Cristina Calado Chuço**, **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes** e **Bruno Alexandre Croca Brites** -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta do Senhor Vereador **Marco Filipe Barreiros Pires**, por motivos da vida particular. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não houve assuntos presentes.--

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O USO INDUSTRIAL:** Pelo **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir no presente assunto, por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Maria Manuela Pereira Correia Mesquita**, a solicitar declaração de compatibilidade com o uso industrial, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º do Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei 169/2012 de 01/08, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 73/2015 de 11/05, relativamente ao edifício localizado na Rua de S. Pedro, n.º 50 e 52, em Mora, inscrito na matriz sob o artigo 1376 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 845 da mesma freguesia.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade considerar que não existe impacte relevante no equilíbrio urbano e ambiental, e declarar compatível com uso industrial, o alvará de autorização de utilização do edifício, nos termos da alínea b) do número 3 do artigo 18.º do SIR. de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo ser dado cumprimento ao constante no mesmo. -----

Ato continuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - dois: EMISSÃO DE CERTIDÃO - COMPROPRIEDADE:**

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado pedido por **Edite Luísa Rodrigues Dias Salvaterra**, requerendo a emissão de parecer favorável quanto à alteração do número de compartes do prédio denominado "**Vale Bom**", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 51 da Freguesia de Mora e inscrito na matriz parte rústica sob o artigo 242 da Secção A da mesma freguesia, parte urbana sob os artigos 414, 416 e 727 com a área total de 3,275 ha. O pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com as alterações introduzidas pelas Leis 64/2003 de 23 de agosto e 10/2008 de 20/02. -----

Tendo presente o teor do parecer jurídico ref.^a C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da natureza do negócio que se visa concretizar - partilha - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado.-- Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável, propõe-se que a **Câmara Municipal** decida não manifestar oposição ao negócio de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. -----

Com base nos pareceres da **Divisão de Obras e Urbanismo** e **Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida compropriedade. -----

----- **Ponto um - três: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presentes os seguintes pedidos de emissão de certidões em nome de: -----

- **Ana Patrícia Barreiras Martins**, na qualidade de futura adquirente, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo nº 548 da freguesia de Cabeção**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o nº 803 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 43,55 m², localizado na Rua Elias Garcia, n.º 15. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.- **Leonarda Rosa Piado**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovati-

va de que não era exigível a licença de utilização à data de construção dos prédios urbanos inscritos na matriz predial urbana sob os **artigos n.º 1128 e 2366 da freguesia de Mora**, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1883 da mesma freguesia, com as áreas de implantação e de construção de 42,00 m2 e de 69,00 m2 respetivamente. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.-----

Pelo **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedido para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir nos presentes assuntos, em nome de **Olga Maria Carreira Baltazar Fernandes**, por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. --

- **Olga Maria Carreira Baltazar Fernandes**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 83 da freguesia de Mora**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 15 da mesma freguesia, localizado na Rua de Cabeção n.º 204, com a área de implantação e de construção de 71,04 m2. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Olga Maria Carreira Baltazar Fernandes**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 84 da fregue-**

sia de Mora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 16 da mesma freguesia, localizado na Rua de Cabeção n.º 204, com a área de implantação e de construção de 38,08 m2. -----

Ato Contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

Pelo **Senhor Vereador Bruno Alexandre Croca Brites** foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedido para quaisquer intervenções enquanto Vereador da Câmara, para intervir no presente assunto por ser filho da requerente, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

- **Maria Rosa Ribeiro Croca Brites** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1199 da freguesia de Cabeção**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o nº 1647 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 70,00 m2. Solicita ainda que se comprove que o imóvel se situa na Rua da Liberdade n.º 15, anteriormente designada por Azinhaga da Moita. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

Mais foi deliberado por unanimidade de harmonia com a **Junta de Freguesia de Cabeção**, confirmar que o referido prédio se localiza atualmente na **Rua da Liberdade com o número de polícia 15**, anteriormente designada por **Azinhaga da Moita**. -----

Ato contínuo o Senhor Vereador regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - quatro: PROJETO DE ARQUITETURA - LEGALIZAÇÃO:**

Presente o seguinte **projeto de arquitetura, legalização**, em nome de: -----

- **Herd. José Matias Marques** para legalização de um edifício de habitação e respetivos anexos, sito na **Rua do Campo da Bola em Mora**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **projeto de arquitetura, legalização** de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer. -----

Mais deliberou por unanimidade conceder o prazo de 6 meses, para apresentação dos projetos de especialidades em conformidade com o n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Edificação e Urbanização. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: PISCINAS MUNICIPAIS CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO À ÉPOCA BALNEAR:** Presente informação da **Unidade de**

Ação Sócio Cultural informando que no sentido de se preparar a abertura das **Piscinas Municipais** para a **época balnear de 2019**, prevista para o dia **08 de Junho**, submete-se a deliberação de Câmara a proposta de abertura dos concursos, dada a sazonalidade e a excecionalidade do serviço prestado nesta época, solicita-se os procedimentos legais que satisfaçam esta exigência, em tempo útil, para a prestação dos seguintes serviços: -----

- **Limpeza (3 pessoas)** - início da atividade dia **13 de Maio**); -----

- **Bilheteira (2 pessoas)** - início da atividade dia **7 de Junho**); -----

- **Vigilantes (2 pessoas)** - início da atividade dia **7 de Junho**). Preferência a quem tenha o curso de **Nadador Salvador**.-----

Propõe-se ainda que o horário se mantenha igual ao do ano passado ou seja: às quartas, quintas, sextas, sábados e domingos das 10h às 20h, mantendo-se os dias de encerramento às segundas e terças feiras, e que o **encerramento da época balnear** tenha lugar no dia **06 de Setembro**.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento, manifestou o seu **acordo** com a proposta apresentada e deliberou por unanimidade **abrir concurso tipo ajuste** direto para **contrato de prestação de serviços para os referidos lugares**, pelo período de, **13 de maio de 2018 a 30 de setembro de 2019**, para 3 pessoas para a Limpeza e restante (Bilheteira - 2 pessoas e Vigilantes - 2 pessoas) de **7 de Junho a 30 de Setembro de 2019**.-----

O **Júri do presente concurso** é composto pelos **Senhores, José Manuel Ribeiro Pinto, António Luís Fernandes Carlos e Rui Manuel Ventura Fortio** sendo **Presidente** do mesmo o **Senhor Dr. José Manuel Ribeiro Pinto** como **membros efectivos** e **Senhores Pedro Duarte Ventura Fortio e Luís Miguel Caramujo Martins**, como **membros suplentes**.-----

Mais foi deliberado por unanimidade aprovar o Caderno de Encargos e Programa de Concurso. Deliberado ainda por unanimidade manter o horário igual ao do ano passado ou seja: às quartas, quintas, sextas, sábados e domingos das 10h às 20h, mantendo-se os dias de encerramento às segundas e terças feiras, e que o **encerramento da época balnear** tenha lugar no dia **06 de Setembro**.

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de 01 de Março de 2019, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.411.744,93, dois milhões**

quatrocentos e onze mil setecentos e quarenta e quatro euros e noventa e três cêntimos e Dotações não Orçamentais no valor **53.597,82€**, cinquenta e três mil quinhentos e noventa e sete euros e oitenta e dois cêntimos. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **48.120,77€, quarenta e oito mil cento e vinte euros e setenta e sete cêntimos.** -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas.** ---

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **53.618,70€, cinquenta e três mil seiscentos e dezoito euros e setenta cêntimos.** -----

----- **Ponto três - quatro: DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE PAGAMENTOS EM ATRASO E DE RECEBIMENTOS EM ATRASO A 31-12-2018:**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que o n.º 1 do artigo 15º da LCPA, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, estabelece que os dirigentes das entidades devem: -----

a) Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais; -----

b) Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior. -----

Refere ainda a alínea c) do n.º2 que as declarações são enviadas à assembleia municipal e à câmara municipal, quando envolvam entidades da administração local. -----

As declarações são, ainda, publicitadas no sítio da Internet das entidades e integram o respetivo relatório e contas, conforme previsto no n.º 3 do citado artigo. -----

O artigo 17º do DL, regulamentador desta matéria, na versão do DL n.º 99/2015, de 2 de junho, prevê no n.º1 que, para efeitos de cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações (excepto entidades previstas no artigo 2º da LCPA): -----

a) Os pagamentos ou recebimentos que tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a €5000,00; -----

b) O devedor ou credor seja uma pessoa individual. -----

Foi este o critério com base no qual foram emitidas as declarações que se anexam à presente informação.-----

Nesta conformidade, remete-se as declarações emitidas para conhecimento da Câmara e Assembleia Municipal, as quais devem ainda ser objeto de publicitação no Portal do Município de Mora e integrar o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2018. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - cinco: ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS DO CARTÃO MUNICIPAL JOVEM E DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO E PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À NATALIDADE:** Pre-

sente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que na sequência da informação de 05/11/2018, que se anexa cópia à presente informação, e considerando que: -----

a) A deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal, do dia 14 de novembro de 2018, em cumprimento da qual foram submetidas as alterações aos Regulamentos de Atribuição de Subsídio à Natalidade do Município de Mora, a um período prévio de participação pública, com a duração de 30 dias úteis, para constituição de interessados; -----

b) Que, terminado tal período, publicitado pelo Aviso de 26 de novembro de 2018, não se registou a entrada de qualquer sugestão ou contributo; -----

c) Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea k) do nº 1 do artigo 33º e alínea g) do nº 1º do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão; -----

Propõe-se que: -----

A **Câmara Municipal de Mora** aprove a proposta de envio da alteração dos Regulamentos do Cartão Municipal Jovem e do Cartão Municipal do Idoso e o projeto do Regulamento de Atribuição de Subsídio à Natalidade do Município de Mora à Assembleia Municipal, para aprovação final. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade propor à aprovação da **Assembleia Municipal**, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea k) do nº 1 do artigo 33º e alínea g) do nº 1º do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão, as propostas dos seguintes **Regulamentos**

Municipais, os quais foram objecto do disposto no do CPA (aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro), sobre os quais não houve quaisquer reclamações. -----

- **Projeto de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal Jovem**; -----

- **Projeto de Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso**; -----

- **Proposta de Regulamento de Atribuição de Subsídio à Natalidade**.-----

----- **Ponto três - seis: TABELA DE PREÇOS A APLICAR NO MUSEU**

INTERACTIVO DO MEGALITISMO - 3ª. ALTERAÇÃO 2019: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da **3ª alteração à tabela de preços a praticar no Museu Interactivo do Megalitismo, no ano de 2019**, que consiste na inclusão de novos artigos.----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a **3ª alteração à tabela de preços a praticar no Museu Interativo do Megalitismo, no ano de 2019**, que consiste na inclusão de novos artigos.-----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE**: -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**: -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE**: A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Fornecimento Contínuo de Materiais de Construção Civil", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 09 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos.-----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Luis Miguel Diogo - Sociedade Unipessoal, Lda.; Blocomor, Lda - Materiais de Construção e J.A.V. - Materiais de Construção, Lda.. -----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído por: -----

Efetivos: -----

Membros do júri: -----

Presidente: António Godinho Mourão Costa. -----

Vogal: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço. -----

Vogal: Vitor da Silva Mendes. -----

Suplentes: -----

Ana Sofia Noronha de O. S. C. da Silva Mendes. -----

Lénia Maria Risso Branco. -----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 41.500,00€. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma J.A.V. Materiais de Construção, Lda, pelo valor de 20.179,00€, (vinte mil cento e setenta e nove euros), mais IVA, a "Melhoria da Eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Construção Civil" por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Dinamicapolis Unip Ida.; Smartwatt - Energy Services, S.A.; Intellsmart Solutions Lda.; e Coprax Comercio e Indústria do Plástico, S.A.. -----

Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes:-----

Efetivos: -----

Engº. António Godinho Mourão Costa - Presidente; João Miguel Caramujo Ramos Endrenço e Vitor da Silva Mendes. -----

Suplentes: -----

Luís Pedro Mendes Branco e Ana Sofia Noronha de O. S. C. da Silva Mendes. --

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

O valor base do procedimento é de 120.000,00€. -----

- Em que determinou, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Equipamento", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 06 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determino que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Dinamicapolis Unip Ida; Smartwatt - Energy Services, S.A. e Intellsmart Solutions Lda. e Coprax Comercio e Indústria do Plástico, S.A.. -----

Determino também que os Membros do Júri sejam os seguintes:-----

Efetivos: -----

-Engº. António Godinho Mourão Costa - Presidente; João Miguel Caramujo Ramos Endrenço e Vitor da Silva Mendes. -----

Suplentes: -----

-Luís Pedro Mendes Branco e Ana Sofia Noronha de O. S. C. da Silva Mendes.-

- Determino também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos. -----

-O valor base do procedimento é de 58.000,00€ (cinquenta e oito mil euros). -----

- Em que determinou adjudicar à firma J. Henrique Coelho - Instalações Elétricas, Estudos e Projetos, Lda., a "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Iluminação", pelo valor de 9.021,00€, (nove mil e vinte e um euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou,** abrir procedimento tipo Concurso Público para "Aquisição de Serviços - Espetáculos de Musica para a Expomora2019", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 09 dias, a contar da data de publicação no Diário da República.-----

Mais determinou que o júri do presente procedimento seja constituído por: -----

Efetivos:-----

Presidente: António Luís Fernandes Carlos; -----

Vogal: José Manuel Ribeiro Pinto; -----

Vogal: Luís Pedro Mendes Branco.-----

Suplentes: -----

António Alberto Nunes Vitorino; -----

João Augusto Pires dos Santos. -----

Determinou também aprovar o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Minuta do Anúncio, respetivos. -----

O valor base do procedimento é de 100.000,00€. -----

- **Em que determinou,** de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º

da Lei 35/2014, de 20 de junho a abertura, pelo período de 10 dias do procedimento concursal para recrutamento de um Assistente Operacional, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, para ocupação de um lugar previsto no mapa de pessoal nomeadamente: -----

Referência a) Setor de Oficinas – 1 lugar de Assistente operacional -----

Atividade 6 – Executar todos os trabalhos relacionados com material de metal e ferro e soldadura. -----

Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, deliberação, despacho ou determinação superior. -----

Com os fundamentos previsto na alínea h), do n.º 1 do artigo 57º da Lei 35/2014, de 20 de junho, em virtude da necessidade de assegurar o serviço na área das oficinas. De acordo com o disposto no número 1, do artigo 30.º, do anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do número 4 do mesmo artigo, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal, sendo que no caso das Autarquias Locais o parecer é da competência do órgão executivo v.g. artigo 4.º, número 1, do Decreto-Lei número 209/2009, de 3 de setembro, designo ainda como Júri, os seguintes elementos: -----

-Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior do Município de Mora; -----

-1º Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior do Município de

Mora, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;-----

-2º Vogal Efetivo: António Godinho Mourão Costa, Chefe de Divisão no Município de Mora;-----

-1º Vogal Suplente: Joaquim José Matias, Encarregado Geral Operacional no Município de Mora; -----

-2º Vogal Suplente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior no Município de Mora; -----

- **Em que determinou**, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º da Lei 35/2014, de 20 de junho a abertura, pelo período de 10 dias do procedimento concursal para recrutamento de um Assistente Operacional, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, para ocupação de um lugar previsto no mapa de pessoal nomeadamente: -----

Referência a) Setor de Transporte e Parque de Máquinas – 1 lugar de Assistente operacional-----

Atividade 3 - Condução de veículos de elevada tonelagem; proceder ao transporte de diversos materiais destinados ao abastecimento das obras em execução, bem como de produtos sobrantes das mesmas; examinar o veículo antes, durante e após o trajeto, providenciando a colocação de cobertura de proteção sobre os materiais e arrumar a carga para prevenção de eventuais danos; acionar os mecanismos necessários para a carga e descarga de materiais devendo, quando este serviço é feito manualmente prestar colaboração; assegurar a manutenção do veículo, cuidando da sua limpeza e lubrificação; abastecer a viatura de combustível, possuindo para o efeito um cartão afeto à viatura, devendo entregar cópia dos talões de consumo aos serviços de contabilidade; executar pequenas reparações, tomando, em caso de avarias maiores ou aci-

dentes, as providências necessárias com vista à regularização dessas situações, para o que deverá apresentar uma participação da ocorrência ao encarregado geral operacional; preencher e entregar diariamente um boletim diário da viatura, mencionando o tipo de serviço, quilómetros efetuados e combustível introduzido; conduzir, eventualmente, viaturas ligeiras. -----

Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, deliberação, despacho ou determinação superior. -----

Com os fundamentos previsto na alínea h), do n.º 1 do artigo 57º da Lei 35/2014, de 20 de junho, em virtude da necessidade de assegurar o serviço na área dos transportes que aumentou devido à morte de um trabalhador. De acordo com o disposto no número 1, do artigo 30.º, do anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do número 4 do mesmo artigo, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal, sendo que no caso das Autarquias Locais o parecer é da competência do órgão executivo v.g. artigo 4.º, número 1, do Decreto-Lei número 209/2009, de 3 de setembro, designo ainda como Júri, os seguintes elementos:-----

-Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior do Município de Mora; -----

-1º Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior do Município de Mora, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

-2º Vogal Efetivo: António Godinho Mourão Costa, Chefe de Divisão no Município de Mora; -----

-1º Vogal Suplente: Joaquim José Matias, Encarregado Geral Operacional no Município de Mora; -----

-2º Vogal Suplente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior no Município de Mora; -----

- **Em que determinou**, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º da Lei 35/2014, de 20 de junho a abertura, pelo período de 10 dias do procedimento concursal para recrutamento de um Assistente Operacional, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um lugar previsto no mapa de pessoal nomeadamente: -----

Referência a) Setor de Transportes e Parque de Máquinas - 1 lugar Assistente Operacional -----

Atividade 2 - Condução de máquinas pesadas de movimentação de terras, gruas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo, manobrando também sistemas hidráulicos ou mecânicos das viaturas; zelar pela conservação e limpeza das viaturas; verificar diariamente os níveis de óleo e água e comunicar as ocorrências detetadas nas viaturas; condução de viaturas ligeiras, pesadas e autocarros. -----

Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, deliberação, despacho ou determinação superior. -----

Em virtude da necessidade de assegurar o serviço na área dos transportes que aumentou devido à saída por motivo de aposentação de um trabalhador e de acordo com o disposto no número 1, do artigo 30.º, do anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa

de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do número 4 do mesmo artigo, o órgão ou serviço, precedendo parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal, sendo que no caso das Autarquias Locais o parecer é da competência do órgão executivo v.g. artigo 4.º, número 1, do Decreto-Lei número 209/2009, de 3 de setembro, designo ainda como Júri, os seguintes elementos: -----

-Presidente: Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior do Município de Mora; -----

-1º Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior do Município de Mora, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

-2º Vogal Efetivo: António Godinho Mourão Costa, Chefe de Divisão no Município de Mora;-----

-1º Vogal Suplente: Joaquim José Matias, Encarregado Geral Operacional no Município de Mora;-----

-2º Vogal Suplente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior no Município de Mora;-----

----- **Ponto cinco - dois: ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE CÂMARA**

MUNICIPAL DE MORA E CASA JOÃO CIDADE: Presente informação do Gabinete de Ação Social propondo a aprovação do Acordo de Colaboração supramencionado que vigorará durante o presente ano letivo e que diz respeito à colaboração entre a Câmara Municipal de Mora e a Casa João Cidade no âmbito da resposta do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação

Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD), designadamente na modalidade de Atendimento e Acompanhamento Social. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo indo proceder à assinatura do referido Acordo de Colaboração. -----

----- **Ponto cinco - três: ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIAS: LEI Nº. 52/2015,**

REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PAS-

SAGEIROS: A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), estabelecendo o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação. -----

Nos termos do RJSPTP, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal; -----

A CIMAC é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na sua respetiva área geográfica. -----

As autoridades de transportes podem acordar entre si o exercício partilhado de parte ou da totalidade das competências que lhes estão cometidas, bem como a delegação, designadamente através de contratos interadministrativos, total ou parcial, das respetivas competências noutras autoridades de transportes. -----

Atendendo que o Município de Mora, só por si não justificar a assunção de tal

competência, propõe-se que a mesma seja delegada na CIMAC, segundo o Contrato Interadministrativo que se anexa. -----

Considerando que: -----

a) Os contratos interadministrativos têm por objeto a identificação das condições em concreto que asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências partilhadas ou delegadas; -----

b) As Partes consideram que através da celebração de um contrato interadministrativo, na área do serviço público de transporte de passageiros, se promoverá uma maior eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, bem como a universalidade do acesso e a qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes e a articulação intermodal; -----

c) Importa assegurar a continuidade e evitar roturas na prestação do serviço público de transporte de passageiros às populações, sem prejuízo da necessidade de se procurar continuamente promover uma maior eficiência da sua gestão e exploração. -----

Neste sentido, coloca-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação da minuta do Acordo de Delegação de Competências (que tem a natureza de contrato interadministrativo), a celebrar entre os Municípios e a CIMAC, nos termos previstos no número 2 do artigo 6.º e artigo 10.º do Regime Jurídico do Sistema Público de Transporte de Passageiros, conjugado com o disposto nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a **minuta do Acordo de Delegação de Competências** (que tem a natureza de contrato interadminis-

trativo), a celebrar entre os **Municípios e a CIMAC**, nos termos previstos no número 2 do artigo 6.º e artigo 10.º do Regime Jurídico do Sistema Público de Transporte de Passageiros, conjugado com o disposto nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais. Mais deliberou por unanimidade enviar à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- **Ponto cinco - quatro: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações:

- **Futsal Clube de Mora** para transporte dos Escalão de Iniciados disputarem a Taça Nacional em Futsal; -----

- **Associação “Tocar Emoção”**, para uma deslocação do grupo de bombos, as datas de 21 e 27 de Abril, 11 de Maio e 7 de Julho; -----

- **Grupo de Cantares de Cabeção**, conjuntamente com o Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas, para apoio na sua deslocação a Montoito, no próximo dia 20 de Julho;-----

- **Centro Saúde de Mora/UCSP**, para transporte dos alunos dos Jardins de Infância de Brotas, Cabeção e Pavia para participarem no Projeto “Aplicação de Verniz de Flúor”, no próximo dia 8 de Maio.-----

- **Comissão Sindical de Mora do STAL**, para transporte dos trabalhadores interessados em participar na Concentração junto da Assembleia da República, no próximo dia 11 de Abril, conforme ofício que se anexa. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar a cedência de trans-

portes às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto cinco - cinco: ATRIBUIÇÃO PRÉMIO JOVEM CIENTISTA DO ANO DE 2018:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que como já vem sendo habitual e no âmbito do **Núcleo de Investigação do Fluviário de Mora**, foi lançado novo concurso ao "**Prémio Jovem Cientista do Ano de 2018**". -----

Depois de abertas as candidaturas e de analisadas as contribuições dos elementos do júri que participaram nesta edição do **Prémio Jovem Cientista**, o vencedor foi a Dra. Elisabete dos Santos Veiga Monteiro, que se apresentou a concurso com a publicação científica "*Monteiro, E.V., C.C. Fonte, J.L.M.P. de Lima, 2018. Improving the Positional Accuracy of Drainage Networks Extracted from Global Digital Elevation Models using OpenStreetMap Data. Journal of Hydrology and Hydromechanics, 66, 3, 285-294 DOI: 10.1515/johh-2017-0057.*"

Deste modo, e de acordo com o Regulamento do Núcleo de Investigação, propõe-se a atribuição ao vencedor de um prémio monetário no valor de **500,00€**. --

Mais se informa que a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo MoraAvis**, patrocinará este prémio com a atribuição na íntegra desse mesmo valor. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder um prémio monetário no valor de **500,00€, quinhentos euros**, à **Dra. Elisabete dos Santos Veiga Monteiro**, vencedora do concurso ao "**Prémio Jovem Cientista do Ano de 2018**", ao abrigo do disposto na alínea u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor e de acordo com o Regulamento do Núcleo de Investigação. -----

O **Crédito Agrícola Mútuo Moravis**, patricionará este prémio com a atribuição na integra desse mesmo valor. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quinze minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-